

Demonstrações Financeiras

São Lucas Saúde S.A.

31 de dezembro de 2020
com relatório do auditor independente

São Lucas Saúde S.A.

Demonstrações Financeiras individuais

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	3
Demonstrações Financeiras auditadas	
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	5
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	12

AUDIOESP

AUDITORIA E CONSULTORIA

Código CVM 7218
CRC nº 2SP013587/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
SÃO LUCAS SAÚDE S/A.
Americana – SP.
Registro ANS sob Nº 34.436-2.

Opinião.

Examinamos as demonstrações contábeis da entidade SÃO LUCAS SAÚDE S/A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade SÃO LUCAS SAÚDE S/A., em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional da Saúde Suplementar ANS.

Base para Opinião.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos.

As demonstrações contábeis da entidade SÃO LUCAS SAÚDE S/A., em 31 de dezembro de 2019 foram por nós auditadas, para as quais foi emitido Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalva, datado de 12 de março de 2020.

Também auditamos em 31 de dezembro de 2020, as controladas SÃO LUCAS SERVIÇOS MÉDICOS CNPJ N.º 06.144.213/0001-73 e CLINICA SÃO LUCAS CNPJ Nº. 43.254.267/0001-18, para as quais

AUDIOESP

AUDITORIA E CONSULTORIA

Código CVM 7218
CRC nº 2SP013587/O-8

emitimos relatório sem ressalva, cujos investimentos foram ajustados pelo resultado da Equivalência Patrimonial.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional da Saúde Suplementar ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente e causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

AUDIOESP

AUDITORIA E CONSULTORIA

Código CVM 7218
CRC nº 2SP013587/O-8


individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

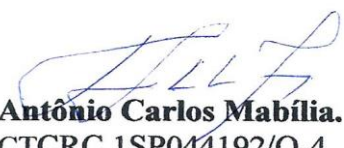
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das
- estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 31 de março de 2021.


AUDIOESP – Auditoria e Consultoria S/S.
CRC n.º 2SP013587/O-8
CVM n.º 7218


Antônio Carlos Mabília.
CTCRC 1SP044192/O-4
Inscrito no CNAI sob nº. 48.

São Lucas Saúde S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

	Notas	31 de dezembro de	
		2020	2019
Ativo			
Circulante		101.860.678,63	71.959.421,85
Disponível	5	60.168.452,77	10.216.681,35
Realizável		41.692.225,86	61.742.740,50
Aplicações financeiras	6	22.888.860,55	53.146.900,89
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		22.888.860,55	20.928.472,01
Aplicações livres		-	32.218.428,88
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	7	5.035.704,98	6.359.748,00
Contraprestações pecuniárias a receber		3.937.713,79	5.818.752,41
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis		965.084,67	530.712,79
Operadoras de planos de assistência à saúde		10,00	10.282,80
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		132.896,52	-
Créditos tributários e previdenciários		123.506,43	41.716,60
Bens e títulos a receber	8	13.644.153,90	2.187.733,46
Despesas antecipadas		-	6.641,55
		24.500.092,11	24.890.862,85
Não circulante		14.622.071,07	3.910.801,83
Realizável a longo prazo		160.459,02	-
Titulos e créditos a receber		9.367.353,66	-
Ativo fiscal diferido	9	147.299,41	837.036,82
Depósitos judiciais e fiscais		4.946.958,98	3.073.765,01
Outros créditos a receber a longo prazo			
		2.558.249,70	10.465.640,37
Investimentos		2.558.249,70	10.465.640,37
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		2.187.348,96	9.833.489,32
Participações societárias em rede assistencial		-	263.170,31
Participações em outras sociedades		370.900,74	368.980,74
Outros investimentos			
		7.123.364,78	10.329.518,63
Imobilizado	10	4.631.614,27	5.348.408,34
Imóveis de uso próprio		4.631.614,27	-
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		-	5.348.408,34
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		2.123.101,29	-
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos		341.527,89	3.820.790,15
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		27.121,33	-
Imobilizações em curso		-	1.160.320,14
Outras imobilizações		196.406,56	184.902,02
Intangível			
		126.360.770,74	96.850.284,70
Total do ativo		126.360.770,74	96.850.284,70

		31 de dezembro de	
		2.020,00	2.019,00
Passivo			
Circulante			
		30.471.037,27	26.916.172,52
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	11	21.071.524,98	17.999.376,17
Provisão de contraprestações		858.169,19	907.390,58
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)		858.169,19	907.390,58
Provisão de eventos a liquidar para SUS		713.077,80	1.453.297,66
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		13.371.245,90	12.182.620,69
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		6.129.032,09	3.456.067,24
Débitos de operações de assistência à saúde		5.639.057,28	5.106.749,12
Receita antecipada de contraprestações / prêmios		5.478.793,74	5.094.336,32
Operadoras de planos de assistência à saúde		160.263,54	12.412,80
Provisões		1.643.225,73	1.347.157,85
Provisões para imposto de renda e contribuição social		1.643.225,73	1.347.157,85
Tributos e encargos sociais a recolher	12	1.253.347,65	1.479.056,08
Débitos diversos	13	863.881,63	983.833,30
		25.569.697,10	1.511.355,44
Não circulante			
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	11	18.449,39	405.886,86
Provisão para remissão		-	405.886,86
Provisão de eventos a liquidar para SUS		18.449,39	-
Provisões		7.300.605,15	1.105.468,58
Provisões para ações judiciais	14	7.300.605,15	1.105.468,58
Débitos diversos	13	18.250.642,56	-
		70.320.036,37	68.422.757,00
Patrimônio líquido			
Capital social	15	62.831.920,00	62.831.920,00
Reservas:		7.488.116,37	-
Reserva legal		374.405,82	-
Reservas de lucros		7.113.710,55	-
Lucros Acumulados		-	5.590.837,00
Total do passivo e do patrimônio líquido		126.360.770,74	96.850.284,96

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Lucas Saúde S.A.

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais)

	Notas	31 de dezembro	
		2020	2019
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		246.462.880,70	232.129.439,92
Receitas com operações de assistência à saúde		254.143.806,17	238.561.862,05
Contraprestações líquidas	16	251.101.165,80	237.643.127,52
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		3.042.640,37	918.734,53
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora		(7.680.925,47)	(6.432.422,13)
Eventos indenizáveis líquidos	17	(172.486.981,77)	(180.533.730,20)
Eventos conhecidos ou avisados		(173.102.274,31)	(180.261.069,90)
Recuperação de eventos indenizáveis		-	(272.660,30)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		615.292,54	-
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		73.975.898,93	51.595.709,72
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		-	3.024.452,63
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora		1.995.275,97	1.739.706,33
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		1.266.008,31	1.739.706,33
Outras receitas operacionais		729.267,66	-
Outras despesas operacionais de planos de assistência à saúde		(2.054.353,29)	(3.739.841,03)
Outras despesas de operações com planos de assistência à saúde		(2.329.166,45)	(600.410,72)
Provisão para perdas sobre créditos		274.813,16	(3.139.430,31)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora	18	(4.941.695,61)	(12.349.095,12)
Resultado bruto		68.975.126,00	40.270.932,53
Despesas de comercialização		(1.465.879,24)	(1.414.195,62)
Despesas administrativas	19	(14.723.799,57)	(16.431.505,15)
Resultado financeiro líquido	20	1.791.974,12	6.647.145,27
Receitas financeiras		4.324.484,73	6.816.983,13
Despesas financeiras		(2.532.510,61)	(169.837,86)
Resultado patrimonial		(3.825.954,50)	2.011.921,91
Receita patrimonial		44.242,20	3.623.219,25
Despesa patrimonial		(3.870.196,70)	(1.611.297,34)
Resultado antes dos impostos e participações		50.751.466,81	31.084.298,94
Imposto de renda	9	(14.208.087,01)	(7.359.704,90)
Contribuição social	9	(5.123.551,32)	(2.658.133,76)
Impostos diferidos	9	588.821,43	-
Resultado líquido		32.008.649,91	21.066.460,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Lucas Saúde S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais)

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Resultado líquido	<u>32.008.649,91</u>	<u>21.066.460,28</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>32.008.649,91</u>	<u>21.066.460,28</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Lucas Saúde S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária		
Aumento de capital						
Saldos em 31 de dezembro de 2018		20.944.640,00	-	1.718.478,00	32.900.361,00	55.563.479,00
Aumento de capital		38.061.264,00	-	(2.669.400,00)	(35.391.864,00)	-
Lucro líquido do exercício			-	-	21.066.460,00	21.066.460,00
Proposta para destinação do lucro:						
Reserva estatutária		-		948.922,00	(948.922,00)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	(8.207.182,00)	(8.207.182,00)
Transferência Lucro do Exercício Aumento Capital		3.828.016,00	-	-	(3.828.016,00)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		62.833.920,00	-	(2.000,00)	5.590.837,00	68.422.757,00
Lucro líquido do exercício		-	-	-	32.008.650,00	32.008.650,00
Valor justo - Combinação de negócio	15.b	-	-	-	(30.111.371,00)	(30.111.371,00)
Proposta para destinação do lucro:						
Reserva Legal	15.c	-	374.405,00	-	(374.405,00)	-
Reserva estatutária	15.c	-		7.113.711,00	(7.113.711,00)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		62.833.920,00	374.405,00	7.111.711,00	-	70.320.036,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Lucas Saúde S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - (método direto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

	31 de dezembro de	
	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de plano de saúde	266.934.976,06	251.692.846,60
Resgates de aplicações financeiras	3.281.133,97	60.345.022,21
Outros recebimentos operacionais	1.724.184,88	1.508.735,49
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(186.890.996,03)	(190.430.839,87)
Pagamento de comissões	(1.465.879,24)	(1.414.195,62)
Pagamento de Pessoal	(3.816.346,68)	(3.749.898,51)
Pagamento de pró-labore	(100.112,39)	(432.626,54)
Pagamento de Serviços terceiros	(3.817.543,35)	(3.638.606,53)
Pagamento de tributos	(39.538.505,79)	(22.497.011,72)
Pagamento de contingências (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(514.735,41)	(346.324,87)
Pagamento de aluguel	(285.302,68)	(324.466,71)
Pagamento de promoção/publicidade	(609.017,97)	(1.348.946,86)
Aplicações financeiras	(26.268.791,34)	(67.846.626,54)
Outros pagamentos operacionais	(12.986.110,88)	(15.365.120,90)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(4.353.046,85)	6.151.939,63
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(117.841,73)	(991.652,77)
Pagamento Relativos ao Ativo Intangível	(12.912,56)	(149.750,89)
Outros Pagamentos das Atividade de Investimento	-	(246.861,17)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(130.754,29)	(1.388.264,83)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Pagamento de Participação nos Resultados	-	(3.853.821,12)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	(3.853.821,12)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(4.483.801,14)	909.853,68
CAIXA - Saldo inicial	10.216.681,35	9.306.827,67
CAIXA - Saldo final	60.168.452,77	10.216.681,35
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	49.951.771,42	(909.853,68)
Ativos livres no início do exercício	42.435.110,23	33.201.342,86
Ativos livres no final do exercício	60.168.452,77	42.435.110,23
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES	17.733.342,54	9.233.767,37

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

1. Contexto operacional

A **São Lucas Saúde S.A.** (doravante denominada por “Empresa” ou “Operadora”), é uma Operadora constituída na forma de sociedade por ações de capital fechado controlada, controlada pelo Grupo Notre Dame Intermédica, domiciliada no Brasil com sede em Americana, no estado de São Paulo, localizada na Avenida Brasil, nº 1.530 – Bairro Santo Antônio. A Operadora tem por objetivo a administração, operação, implantação, vendas e intermediação de contratos de prestação de serviços e convênios de planos de saúde.

2. Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela ANS, de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 435 de 23 de novembro de 2018.

A Operadora ao elaborar estas Demonstrações Financeiras, utiliza os seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios, (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Operadora aos usuários; e (iii) necessidades informacionais dos usuários das informações financeiras intermediárias. Assim, a Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na gestão da Operadora.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração em 30 de março de 2021.

b) Base de mensuração

A preparação das Demonstrações Financeiras pressupõe a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção do que se segue:

- Ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado e custo amortizado.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

c) Continuidade

A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

d) Comparabilidade

As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020 estão sendo apresentadas com as informações comparativas de 31 de dezembro de 2019, conforme disposições do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos e das normas emitidas pela ANS.

e) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Operadora. Todas as Demonstrações Financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

f) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir significativamente dos registrados nas Demonstrações Financeiras em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Teste de redução ao valor recuperável de ativos;

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

- Provisões técnicas;
- Provisões judiciais;

g) Segregação entre circulante e não circulante

A Operadora apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- está mantido essencialmente com propósito de ser negociado
- espera-se que seja realizado até 12 meses da data do balanço.
- é caixa ou equivalente de caixa (conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que a sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- está mantido essencialmente para finalidade de ser negociado.
- deve ser liquidado no período de 12 meses após a data do balanço.
- a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Operadora classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

h) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidos para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após esta data.

(i) Norma ANS – Resolução Normativa (RN) nº 442/2018

Esta resolução dispõe sobre os critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, onde tem como exigência a elaboração de cálculos atuariais e se necessário a constituição de provisão para a Peona – SUS e Provisão para Insuficiência de Prêmios/Contraprestações – PIC.

(ii) Norma ANS - Resolução Normativa (RN) nº 435/2018

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

Esta resolução altera o Plano de Contas Padrão da ANS para as operadoras de planos de assistência a saúde, revogando a RN anterior, de nº 290, de 27 de fevereiro de 2012, destacando que, a partir das demonstrações financeiras do exercício de 2020, as operadoras de grande porte deverão informar em nota explicativa a realização do Teste de Adequação do Passivo (TAP), de acordo com as regras e parâmetros definidos nesta norma, incluindo: a) todas as bases técnicas utilizadas para as estimativas correntes dos fluxos de caixa, além daquelas estabelecidas nesta norma, bem como os agrupamentos de contratos similares adotados, observado o mínimo exigido; b) as estimativas correntes de fluxo de caixa de cada agrupamento de contratos similares que apresentarem resultado negativo. A Empresa realizou o TAP e não identificou insuficiência.

1.1. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2020, não adotadas antecipadamente pela Empresa e ainda não referenciadas pela ANS.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, quando referenciadas pela ANS. São elas:

(i) IFRS 17 – Contratos de Seguros

O *International Accounting Standards Board* (“IASB”) emitiu em 18 de maio de 2017, o IFRS 17 – Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 – Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. O objetivo geral da norma é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos.

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, enquanto o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) não emitir norma equivalente.

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

(ii) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Empresa e suas controladas avaliam o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimos existentes podem exigir renegociação.

(iii) Aplicação do CPC 06 (R2) Arrendamentos

O Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos, substituiu às orientações existentes na IAS 17 e correspondentes interpretações a partir de 1º de janeiro de 2019.

A norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários, sendo:

- Arrendamentos de ativos de “baixo valor”; e
- Arrendamentos de curto prazo (menor ao igual a 12 meses)

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo: uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

De acordo com a IAS 17, todos os pagamentos de arrendamentos operacionais são apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades operacionais. O impacto das mudanças de acordo com o CPC 06 (R2) seria a redução do caixa gerado pelas atividades operacionais e o aumento do caixa líquido usado nas atividades de financiamento pelo mesmo valor.

(iv) Norma ANS - Resolução Normativa nº 443/2019 - Práticas mínimas de governança corporativa para fins de solvência

A Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS publicou em 25 de janeiro de 2019, a RN nº 443/2019 que dispõe sobre as práticas mínimas de governança corporativa, com ênfase em controles internos e gestão de riscos, para fins de solvência das operadoras de planos de assistência à saúde.

A Empresa está avaliando na íntegra essa Resolução Normativa, com o objetivo de aplicá-la e irá pôr em prática na data exigida, prevista para o exercício de 2023.

i) Pandemia Coronavírus – COVID-19

A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global do coronavírus (COVID-19). No Brasil, após a comprovação do primeiro caso de coronavírus, os governos estaduais e municipais implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da doença, como paralisações decorrentes do distanciamento social, decretação de quarentena, cancelamentos de eventos públicos, restrição a circulação de pessoas e fechamento de atividades não essenciais entre outras. Essas paralisações impactaram diversos segmentos da economia nacional, dentre os principais, o varejo físico e diversos segmentos da indústria, além da cadeia de serviços.

Uma vez que o processo de desaceleração ocorreu com maior intensidade a partir dos últimos 10 dias de março, não havíamos identificado nenhuma movimentação atípica nos resultados operacionais ou no fluxo de caixa do primeiro trimestre de 2020.

Porém, ao se analisar o comportamento dos principais indicadores operacionais e financeiros durante o segundo trimestre de 2020, quando estavam plenamente em vigor as medidas de distanciamento social (principalmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, onde se concentram parte relevante de nossas atividades), identificamos impactos que geraram um efeito positivo nos resultados de nossas operações.

No terceiro trimestre de 2020 percebemos que os mesmos movimentos continuaram acontecendo, porém com impactos significativamente menores que os verificados no segundo trimestre, uma vez que, identificamos uma crescente tendência em direção à volta da normalidade em diversas atividades médicas.

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

Ao longo do quarto trimestre de 2020, com o ressurgimento de uma “segunda onda” de COVID-19, vivenciamos um comportamento diferente dos pacientes, que continuaram a buscar os serviços de saúde para manutenção de seus tratamentos de rotina e/ou eletivos. Com isto, não somente os gastos com exames, mas também a procura por serviços hospitalares alcançou patamares superiores à média histórica. Esta diferença de comportamento se tornou ainda mais exacerbada durante o mês de dezembro, que historicamente possui uma sazonalidade baixa, mas que excepcionalmente em 2020, representou o mês de maior frequência de internações e procedimentos por conta da convivência dos pacientes regulares com os pacientes em tratamento de COVID-19.

A Administração avalia que a posição de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 60.168.452,77 é suficiente para atender os compromissos financeiros já contratados.

A extensão em que a COVID-19 afetará os negócios, a situação financeira, os resultados das operações e as perspectivas da Empresa dependerá de desenvolvimentos futuros, incertos e que não podem, por enquanto, ser razoavelmente previstos, incluindo novas informações que possam surgir sobre a evolução da COVID-19 e/ou as ações de governo e outras entidades para contê-la no Brasil. Embora não seja possível estimar razoavelmente a extensão de possíveis impactos nos negócios, condição financeira, resultados de operações e perspectivas, nossas projeções de receitas e fluxos de caixa operacionais apresentam plenas condições de continuidade das operações. A Empresa monitora continuamente a situação o mais próximo possível e avalia ativamente os possíveis impactos em seus negócios e implementa medidas que mitiguem potenciais riscos existentes.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das Demonstrações Financeiras individuais foram as seguintes:

a) Disponível

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros afins. A Operadora considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação.

b) Instrumentos financeiros (CPC 48 - Norma alterada a partir de 1º de janeiro de 2018)

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma entidade, passivo financeiro ou instrumento patrimonial em outra entidade.

Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou custo amortizado.

A Operadora reconhece inicialmente seus ativos e passivos financeiros pelo seu valor justo, que normalmente é seu valor de transação, mais ou menos custos de transação diretamente atribuíveis a aquisição, com exceção aos custos de transações dos instrumentos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado que deverão ser reconhecidos diretamente no resultado.

Após o reconhecimento inicial a Operadora avaliou as características dos fluxos de caixa contratuais e classificou seus instrumentos financeiros, determinando seu modelo de negócio para garantir a gestão de seus instrumentos financeiros.

A Operadora avalia as variáveis relacionadas a existência de perda no valor recuperável e, conseqüentemente, registra contabilmente a perda estimada do ativo.

c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada.

Para o recebimento de vendas de outros serviços hospitalares a Operadora optou por mensurar provisões para perdas pelo modelo simplificado. Para essas contas a receber de clientes, foi aplicado o (%) percentual de perdas apurado historicamente para o grupo de clientes.

d) Provisão para perdas sobre créditos

A Operadora constitui provisão para perdas sobre créditos por meio da metodologia de apuração utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa (RN) nº 322/2013 alterado pela RN nº 435/2018.

A provisão para perdas sobre créditos relacionados com planos de saúde é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos com pessoa física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos), salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

Para os créditos não relacionados com planos de saúde é constituída perda de recuperabilidade de créditos para os saldos vencidos acima de 90 dias, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

Adicionalmente, é constituída provisão para todas as parcelas a vencer desses contratos.

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, são ajustados a valor presente, quando relevantes em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto.

f) Imobilizado

Imóveis, veículos, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e equipamentos de computação são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver.

Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustado de forma prospectiva, quando for o caso.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Operadora baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e nesses orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com função ao ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Operadora estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

h) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita, devido as atividades operacionais da Operadora certas provisões são requeridas conforme abaixo:

- A provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), é constituída para a cobertura de eventos ocorridos e não avisados, conforme a Resolução Normativa (RN) 209/2009, alterada pelas RNs 227/2010, 243/2010, 246/2011, 313/2012 e 393/15, sendo calculada com base em nota técnica atuarial submetida e aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.
- A Provisão para eventos a liquidar é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço (RN 290/2012, alterada pela RN 435/2018).
- A provisão de remissão é constituída para os beneficiários que ficaram isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura prevista em contrato.

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

- A provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS – Sistema Único de Saúde correspondente aos custos de assistência dos seus beneficiários que utilizaram à rede de atendimento à saúde pública. As Operadoras devem registrar o ressarcimento ao SUS em sua escrituração contábil na rubrica “Eventos conhecidos e sinistros avisados” - Nota explicativa 17 em contrapartida “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde” (no plano de contas da ANS registrado na rubrica “Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS” - Nota explicativa 11) no passivo circulante e não circulante.

Conforme RN nº 227/2010, RN nº 329/2013, alterada pela RN nº 417/2017 e 430/2017, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, são estabelecidas regras para constituição de provisões técnicas. Tais regras exigem que a operadora vincule seus ativos financeiros no montante mínimo pela resolução normativa para cobrir as contraprestações.

i) Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes

A avaliação das contingências passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As provisões para riscos são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são integralmente provisionados.

Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação à sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Financeiras individuais, de acordo com a legislação aplicável.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

j) Tributos diretos

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

Os passivos de tributos correntes referentes aos exercícios correntes e anteriores são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

A Companhia adota para a apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social o Lucro Real - após o Lucro Líquido são realizados ajustes conforme legislação vigente para a determinação da Base de Cálculo do Lucro Real.

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

Imposto de renda e contribuição social – diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios, e na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimento em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo;

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal);
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimento em Controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ativos e passivos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e na lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

k) Reconhecimento de receitas e custos operacionais

A Operadora atua no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde odontológica.

Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Para esse com planos de assistência à saúde, a Operadora entende que o mesmo deve atender os requerimentos do CPC 11 – Contratos de Seguros. Para os itens não enquadrados nesse pronunciamento a Operadora adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47 – Contratos com clientes.

I. Reconhecimento de Receitas Operacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Operadora e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento é recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (*pro rata die*).

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde”, no sub-item “Provisão de Contraprestação Não Ganha – PPCNG”, conforme destacado na nota explicativa 11, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

II. Receitas de Contratos com Clientes

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

- Prestação de serviços

A Operadora presta serviços de assistência à saúde odontológica por meio de seus hospitais. Esses serviços são vendidos separadamente nos contratos com os clientes. A Operadora avaliou que os serviços são satisfeitos ao longo do tempo dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados.

Contraprestação variável

A Operadora possuiu dois tipos de glosas:

- Internas, as quais são realizadas pelos auditores das operadoras que fiscalizam os relatórios antes do faturamento dentro dos hospitais;
- Externas, glosas das faturas emitidas e enviadas para as operadoras e por diversos motivos podem ser ou não aprovadas.

A Operadora considera que as glosas são contraprestações variáveis, de acordo com a CPC 47.

Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade estima o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente.

A variabilidade relativa à contraprestação prometida ao cliente pode ser declarada expressamente no contrato.

Sobre o valor da contraprestação variável, utilizando qualquer dos métodos a seguir, dependendo do método a entidade espera melhor prever o valor da contraprestação à qual tem direito:

- O valor esperado – é a soma de valores ponderados em função da probabilidade de uma gama de possíveis valores de contraprestação. O valor esperado pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação variável, se a entidade tiver grande número de contratos com características similares;
- O valor mais provável – é o valor único mais provável de uma gama de possíveis valores de contraprestação (ou seja, o resultado único mais provável do contrato). O valor mais provável pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação;
- Variável - se o contrato tiver apenas dois possíveis resultados (por exemplo, a entidade atingir um bônus de desempenho ou não).

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

4. Gerenciamentos de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Operadora são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Operadora está exposta aos riscos de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contraprestações a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de saúde e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Operadora monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está em acordo com a Resolução Normativa nº 435/2018 da ANS e em acordo com as deliberações do CPC 01 – Redução ao valor recuperável e do CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Operadora procura priorizar as aplicações diretamente em títulos públicos ou aplicações de baixo risco em bancos de primeira linha, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas.

A política de aplicação exige a necessidade de alocação dos recursos em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 392/15, alterada pela RN 419/16, 427/17 e 430/17 da ANS, para a garantia das provisões técnicas.

b) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos.

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

Para isso, a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

b.1 Gerenciamento do risco de liquidez

Aplicações financeiras

Liquidez	Disponível e aplicações financeiras	31 de dezembro de	
		Valor	% Carteira
Imediata	Aplicações financeiras	54.435.572,56	70,40%
De 31 a 120 dias	Certificado de depósitos bancário - CDB - pós, Fundos de Renda Fixa aberto e outros	22.888.860,55	29,60%
		77.324.433,11	100%

b.2 Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A gestão de ativos e passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (*Assets and Liabilities Management*). Essa metodologia consiste em um processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos com o objetivo de atingir determinado retorno com certo nível de risco.

c) Risco de seguro

O modelo de negócio da Operadora é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano odontológico, o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No gerenciamento desses riscos a Operadora monitora a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com seus clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação a sua rentabilidade.

d) Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de aplicações financeiras.

Por meio da Resolução Normativa (RN) 419/16 da ANS e em consonância com a Resolução do CMN nº 4.444 de 13 de novembro de 2015, estabelece nas operadoras de saúde odontológicas a diversificação de suas aplicações para ativos dados em garantia de reservas técnicas.

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

O portfólio financeiro da Operadora está em sua totalidade exposto à flutuação das taxas de juros Fundos de renda fixas abertos, sendo o restante indexado à taxa SELIC.

A composição das aplicações está demonstrada na nota explicativa nº 6.

A Operadora trabalha com instituições financeiras que apresentam a seguinte classificação de *rating*:

Emissores	31 de dezembro de 2020	Rating Nacional - Longo Prazo
Banco Safra S.A.	7.898.979,93	-
XP Investimentos	14.989.880,62	AA(bra)
	22.888.860,55	

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade a Operadora adotou taxas vigentes em datas próximas à da apresentação das referidas demonstrações financeiras, utilizando para Selic a taxa em decorrência da proximidade das mesmas. Na projeção do cenário provável, para os cenários I e II estas taxas foram acrescidas e diminuídas em 25% e 50%, respectivamente.

Dessa forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses considerando os saldos em 31 de dezembro de 2020:

	Indexador	Risco	% - a.a. ¹	R\$	Provável	31 de dezembro de 2020							
						Redução dos juros			Aumento de juros				
						Taxa	-25%	Taxa	-50%	Taxa	+25%	Taxa	+50%
Caixa e Equivalentes de Caixa													
CDBs	CDI	Baixa CDI	3,77%	39.573.621,11	1.491.925,52	2,83%	1.119.933,00	1,89%	747.941,00	4,71%	1.863.918,00	5,66%	2.239.867,00
Fundo de renda fixa abertos	CDI	Baixa CDI	3,77%	14.861.951,45	560.295,57	2,83%	420.593,00	1,89%	280.891,00	4,71%	699.998,00	5,66%	841.186,00
				54.435.572,56	2.052.221,09		1.540.526,00		1.028.832,00		2.563.916,00		3.081.053,00
Aplicações financeiras													
Fundo de renda fixa abertos	CDI	Baixa CDI	3,77%	22.888.860,55	862.910,04	2,83%	647.755,00	1,89%	432.599,00	4,71%	1.078.065,00	5,66%	1.295.510,00
				22.888.860,55	862.910,04		647.755,00		432.599,00		1.078.065,00		1.295.510,00

5. Disponível

As aplicações financeiras de liquidez imediata têm conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitas a um significativo risco de mudança de valor, e a Operadora têm direito de resgate imediato.

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Caixa e bancos	5.732.880,21	10.216.681
Aplicações de liquidez imediata	54.435.572,56	-
	60.168.452,77	10.216.681

6. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2018, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

Valor justo por meio do resultado	Níveis	31 de dezembro de			
		Vencimentos		Valor contábil	Valor justo
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos		
Fundo de renda fixa abertos	2	22.888.860,55	-	22.888.860,55	22.888.860,55
		22.888.860,55	-	22.888.860,55	22.888.860,55

Os fundos são administrados pelo Banco Itaú, Banco Bradesco, BTG e Caixa Econômica Federal.

As aplicações têm remuneração diária vinculada as taxas CDI, com vencimentos variáveis até março de 2020.

As aplicações estão classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. Independentemente do vencimento, a Operadora contabiliza as aplicações financeiras no ativo circulante.

a) Movimentação das aplicações financeiras

Saldo em 31 de dezembro de 2019	53.146.900,89
Aplicações	23.116.038,00
Resgates	(54.125.632,26)
Receitas (despesas) com variação cambial	(976.897,08)
Resultado financeiro	1.728.451,00
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.888.860,55

b) Determinação do valor justo

Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa privados tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros são definidos pelo administrador e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

As aplicações financeiras vinculadas são custodiadas, registradas e negociadas na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação

7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde e Créditos de operações de assistência à saúde não relacionado com Planos de Saúde da Operadora.

As contas a receber de clientes se refere as operações relacionados com plano de saúde é como segue:

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5.865.722,99	7.776.038,82
(-) Provisão para perdas sobre crédito	(830.018,01)	(1.416.290,62)
	5.035.704,98	6.359.748,20

Em decorrência da pandemia COVID-19, conforme divulgado em site da rede de internet pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 08 de outubro de 2020 e pelo comunicado nº 85, a Agência Nacional de Saúde Suplementar efetuou a suspensão do reajuste de plano de saúde.

Esta suspensão abrangeu os planos contratados por pessoas físicas, onde a ANS divulga anualmente o percentual máximo de reajustes que será praticado pelas operadoras de saúde a esta modalidade, para o período de junho de 2020 a maio de 2021 não foi divulgado até o momento.

Os planos contratados pelas médias e pequenas Operadoras (PME) e por adesão através de entidades de classes e outros, também tiveram a suspensão do reajuste dos contratos, sendo que essa cobrança efetivada será realizada ao cliente ao longo do exercício 2021, conforme orientações da ANS. O percentual do reajuste é mensurável e aplicável na data do aniversário do contrato, portanto, sendo foi aprovado pelos Órgãos reguladores o reconhecimento desta receita. As Operadoras da Operadora efetuaram o reconhecimento no trimestre da receita, liquida de provisão para perda histórica.

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

Os valores com vencimento a partir de 90 dias e que não estejam provisionados para perda estão amparados por depósitos para garantia ou são decorrentes de valores de glosas de prestação de serviços médicos hospitalares dentro dos prazos contratuais.

A abertura do saldo do contas a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	31 de dezembro de 2020		
	Saldo	PPSC	Saldo líquido
<u>A vencer:</u>			
De 1 a 30 dias	2.657.764,21	285.839,27	2.943.603,48
Acima de 30 dias	109.879,85	(2.101,63)	107.778,22
<u>Vencidos:</u>			
De 1 a 30 dias	1.597.108,55	(112.214,69)	1.484.893,86
De 31 a 90 dias	771.290,37	(271.860,95)	499.429,42
Acima de 90 dias	729.680,01	(729.680,01)	-
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	<u>5.865.722,99</u>	<u>(830.018,01)</u>	<u>5.035.704,98</u>

A movimentação do contas a receber é como segue:

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Saldo inicial do exercício	<u>6.359.747,89</u>	<u>14.235.599,30</u>
Contraprestações líquidas	251.101.165,80	237.643.127,52
Recebimentos	(250.091.115,43)	(240.963.258,00)
(Provisão) / reversão para perda sobre crédito	274.813,16	(3.139.430,31)
Perda efetiva	(2.608.906,83)	(1.416.290,62)
	<u>5.035.704,59</u>	<u>6.359.747,89</u>

A movimentação das provisões para perdas sobre crédito é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(1.104.831,17)</u>
Constituição	(2.338.430,94)
(-) Reversão	2.613.244,10
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(830.018,01)</u>

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

8. Bens e títulos a receber

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Estoques (a)	541.303,51	1.093.659,80
Adiantamento a funcionários	57.435,26	104.639,78
Adiantamento a fornecedores	12.254.607,17	-
Cartão de crédito a receber	-	254.379,95
Outros títulos a receber	790.807,96	735.053,93
	13.644.153,90	2.187.733,46

a) Estoques

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Material cirúrgico	148.788,90	-
Medicamentos	392.514,61	40.711,94
Estoque - DIU	-	88.748,49
Estoque de Quimioterapia	-	964.199,37
	541.303,51	1.093.659,80

9. Ativo fiscal diferido e provisão para tributos diferidos

	31 de dezembro de		
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Reconhecido na demonstração do resultado	Ajuste
Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:			
Provisões para ações judiciais (Contingência cíveis, fiscais e trabalhistas)	1.555.208,85	66.056,05	1.489.152,80
Provisão para perdas sobre crédito (PPSC)	282.206,12	388.102,33	(105.896,21)
Provisão de eventos do SUS	249.985,11	55.238,29	194.746,82
Provisão infrações ANS	742.423,73	(7.344,00)	749.767,73
Outras adições	6.537.529,83	86.768,73	6.450.761,10
Ativo fiscal diferido	9.367.353,64	588.821,41	8.778.532,24

Os tributos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que essas sejam liquidadas ou realizadas em um prazo não superior a 10 anos. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração. Com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, a expectativa da Administração para a realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	TOTAL
936.735,36	936.735,36	936.735,36	936.735,36	936.735,36	936.735,36	936.735,36	936.735,36	936.735,36	936.735,36	9.367.353,64
										9.367.353,64

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

10. Imobilizado

	31 de dezembro de 2019	Aquisição	Baixas	Depreciações	31 de dezembro de 2020
Terrenos e imóveis	5.348.409,00	-	(243.893,55)	(472.900,57)	4.631.614,88
Veículos	45.848,20	-	(45.848,24)	-	-
Instalações	96.039,00	-	(60.939,88)	(20.222,54)	14.876,58
Máquinas e equipamentos	3.181.365,10	6.315,37	(200.389,85)	(1.134.606,01)	1.852.684,61
Móveis e utensílios	217.207,10	10.364,33	232.938,80	(150.320,27)	310.189,96
Equipamentos de computação	280.330,20	52.437,74	717.625,28	(763.515,79)	286.877,43
Imobilizações em curso	-	27.121,32	-	-	27.121,32
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.160.320,00	-	-	(1.160.320,14)	-
	10.329.518,60	96.238,76	399.492,56	(3.701.885,32)	7.123.364,78

	31 de dezembro de 2018	Aquisição	Depreciações	31 de dezembro de 2019
Terrenos e imóveis	6.497.815,00	450.594,00	(1.600.000,00)	5.348.409,00
Veículos	53.153,00	-	(7.305,00)	45.848,20
Instalações	122.565,00	-	(26.526,00)	96.039,00
Máquinas e equipamentos	3.555.980,00	47.905,00	(422.520,00)	3.181.365,10
Móveis e utensílios	230.382,00	25.842,00	(39.017,00)	217.207,10
Equipamentos de computação	237.674,00	191.554,00	(148.898,00)	280.330,20
Imobilizações em curso	-	-	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	6.318,00	1.157.035,00	(3.033,00)	1.160.320,00
	10.703.887,00	1.872.930,00	- 2.247.299,00	10.329.518,60

O montante de depreciação apurada no exercício é registrado no resultado nas rubricas “Eventos indenizáveis líquidos” e “Despesas administrativas” conforme notas explicativas nº 18, respectivamente.

11. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	Referência	31 de dezembro de	
		2020	2019
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para SUS	a.	731.527,19	1.859.185,00
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	b.	13.371.245,13	12.182.620,00
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	c.(i).	6.129.031,70	3.456.068,00
Provisão de prêmio / contraprestação não ganha (PPCNG)	c.(ii).	858.169,19	907.390,00
		21.089.973,21	18.405.263,00
Circulante		21.071.524,98	17.999.376,17
Não circulante		18.449,39	405.886,86

a) Provisão de eventos / sinistro a liquidar para o SUS

Em 3 de junho de 1998, o Governo Federal promulgou a Lei nº 9.656, a qual prevê, em seu art. 32, o ressarcimento ao SUS pelos serviços de atendimento à saúde prestados por instituições integrantes do Sistema Único de Saúde aos beneficiários de planos de saúde privados. A Operadora contesta as cobranças na esfera administrativa e judicial em razão de

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

inúmeras irregularidades que impossibilitam a sua efetividade, dentre elas a falta de regulamentação sobre temas infraconstitucionais. Para tais demandas judiciais, a Operadora efetua depósitos judiciais para garantir o suposto débito, conforme descrito na nota explicativa nº 8.

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Saldo no início do exercício	1.859.184,52	1.897.245,30
Avisos recebidos do SUS	(304.833,15)	16.000,00
Cobrança efetiva de eventos SUS	(94.379,74)	-
Atualização monetária	(74.470,13)	2.000,00
(-) Pagamentos efetuados de parcelamentos	(653.974,31)	(56.060,78)
Saldo no final do exercício	731.527,19	1.859.184,52

b) Provisão de eventos a liquidar está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Saldo no início do exercício	12.182.620,43	12.294.451,43
Avisos recebidos da rede credenciada líquidos de glosas	9.956.000,00	8.959.030,00
Pagamentos efetuados para rede credenciada	(8.767.375,30)	(9.070.861,00)
Saldo no final do exercício	13.371.245,13	12.182.620,43

c) Variações das provisões técnicas

Apresentamos a seguir no passivo circulante as movimentações das rubricas de PPCNG e PEONA:

	PEONA (i)	PPCNG (ii)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.456.067,24	907.390,58
Varição das provisões no exercício	2.672.964,46	(49.221,39)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.129.031,70	858.169,19

- (i) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), classificado no passivo circulante, é apurado por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorridos, mas que não tenham sido notificados a Operadora.
- (ii) Provisão de prêmios e contraprestações não ganhas (PPCNG), classificadas no passivo circulante, consiste em receitas pertinentes a períodos de cobertura de meses posteriores.

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

12. Tributos e encargos sociais a recolher

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Imposto sobre serviços (ISS)	254.787,21	280.174,07
Contribuição previdenciária	134.143,63	165.602,38
FGTS	29.866,26	27.491,06
PIS e COFINS	310.494,14	261.284,86
Contribuições sindicais e assistenciais	767,18	-
Outros	-	7.107,00
Impostos devidos a recolher	730.058,42	741.659,37
Imposto de renda - funcionários	62.036,62	21.397,28
Imposto de renda - terceiros	128.623,82	185.789,35
Imposto sobre serviços	414,70	339,44
Contribuição previdenciária retida	11.561,49	14.163,90
Retenção PIS/COFINS/CSLL	320.652,60	515.706,87
Impostos retidos a recolher	523.289,23	737.396,84
Total circulante	1.253.347,65	1.479.056,21

13. Débitos diversos

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Obrigações trabalhistas	774.506,75	720.682,67
Fornecedores	45.086,69	254.822,18
Débitos diversos	44.288,19	8.329,45
Total circulante	863.881,63	983.834,30
Provisões para plano de benefícios com empregados	18.250.642,56	-
Total não circulante	18.250.642,56	-
	19.114.524,19	983.834,30

14. Provisões para ações judiciais e fiscais

Durante o curso normal de seus negócios, a Operadora fica exposta a certas contingências e certos riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, cíveis e tributários em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na opinião dos consultores jurídicos da Operadora, para os casos em que a perda é considerada provável, e,

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

também, independentemente do prognóstico de perda, todos os processos cuja lide enseja obrigação originada em lei.

	31 de dezembro de 2019	Provisão / (reversão)	Pagamentos	Atualização	31 de dezembro de 2020
Fiscais	-	32.422,98	-	502,50	32.925,48
Trabalhista	-	(1.860,64)	-	1.860,64	(0,00)
Cíveis	1.105.468,58	5.471.447,14	67.804,95	622.959,00	7.267.679,67
	1.105.468,58	5.502.009,48	67.804,95	625.322,14	7.300.605,15

Em 31 de dezembro de 2020, a Operadora apresentou outras ações de natureza cíveis e trabalhistas no montante total reclamado de R\$ 8.921 que de acordo com os consultores jurídicos da Operadora apresentam probabilidades de perda possível, motivo pela qual não foram provisionadas.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social é de R\$ 62.833.920,00 (R\$ 62.833.920,00 em 31 de dezembro de 2019), totalmente subscrito e integralizado, representado por 4.188.928 ações.

b) Ajuste valor justo – combinação de negócios

Através de empresa independente, foi apurado o valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Empresa, registrado nos livros contábeis, impactando as contas patrimoniais de ativos e passivos com contrapartida no patrimônio líquido da Empresa em R\$ 30.111,371,00

c) Reservas de lucros

Correspondem à parcela do lucro líquido remanescente, após as deduções legais e a constituição da reserva legal, ao final de cada exercício social, com o propósito de manutenção do capital de giro ou de futura deliberação dos acionistas.

(i) Reserva legal – constituída obrigatoriamente pela Operadora, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, deduzidos do prejuízo acumulado, até que seu valor atinja 20% do capital social.

(ii) Reserva estatutária – conforme Estatuto Social vigente, a Assembleia Geral decidirá sobre o saldo dos lucros remanescentes, após a dedução de prejuízos acumulados e destinação de reserva legal, a atribuição à reserva (retenção de lucros) para futuros

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

aumento de capital, futuros abatimentos de prejuízos ou a distribuição complementar de dividendos.

d) Margem de Solvência

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Patrimônio líquido	70.320.036,37	68.422.756,74
Deduções:	(196.406,56)	(6.641,55)
(-) Ativo não circulante intangível	(196.406,56)	-
(-) Despesas antecipadas	-	(6.641,55)
Patrimônio mínimo ajustado	70.123.629,81	68.416.115,19
a) 0,20 média dos prêmios retidos dos últimos 12 meses	50.220.233,16	47.528.625,50
b) 0,33 média dos sinistros retidos dos últimos 36 meses	57.191.474,39	55.276.024,27
Margem de solvência 77,90% (70,52% em 2018) (maior entre (a) e (b))	42.893.605,79	41.457.018,20
Suficiência de capital	27.230.024,02	26.959.096,99

16. Contraprestações líquidas

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contraprestações emitidas de assistência à saúde	239.094.847,25	238.127.179,78
Contraprestações emitidas de assistência odontológica	344.274,15	-
Contraprestações de assistência à saúde – assumidas	12.416.799,38	-
Contraprestações de assistência à saúde – transferidas	(755.755,00)	(484.052,26)
	251.100.165,78	237.643.127,52

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

17. Eventos indenizáveis líquidos

a. Eventos indenizáveis

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Eventos conhecidos ou avisados	(182.353.415,58)	(190.282.440,58)
Avisos recebidos do SUS	304.833,15	547.304,62
(-) Recuperação de eventos indenizáveis	8.946.308,12	9.474.066,06
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	615.292,54	(272.660,30)
	(172.486.981,77)	(180.533.730,20)

b. Abertura dos eventos

Abertura de eventos indenizáveis de acordo com a natureza dos planos: (Preenchido com valores líquidos de Glosas, Recuperação por Co-Participação e Outras Recuperações).

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL/FAMILIAR		COLETIVO EMPRESARIAL		COLETIVO POR ADESÃO		TOTAL	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Contraprestações líquidas	143.871.818,95	136.531.056,05	81.239.434,09	87.734.949,03	13.983.594,21	13.177.122,44	239.094.847,25	237.443.127,52
Tributos diretos (PIS/COFINS)	(2.252.031,00)	(3.698.677,00)	(1.271.644,00)	(2.376.773,00)	(218.886,00)	(356.973,00)	(3.742.561,00)	(6.432.423,00)
RECEITA LÍQUIDA	141.619.787,95	132.832.379,05	79.967.790,09	85.358.176,03	13.764.708,21	12.820.149,44	235.352.286,25	231.010.704,52
Eventos indenizáveis (*)	92.533.438,07	96.386.368,66	60.464.607,68	3.563.937.412,40	1.491.481.908,00	1.747.088.198,98	1.644.479.953,75	5.407.411.980,04
Consultas médicas	14.000.522,80	18.073.106,62	9.501.290,20	668.673.379,42	225.901.566,00	327.639.306,36	249.403.379,00	1.014.385.792,40
Outros atendimentos ambulatoriais	25.127.959,00	25.779.619,42	15.291.576,00	954.293.908,00	405.246.450,00	467.599.241,00	445.665.985,00	1.447.672.768,42
Exames	14.611.174,19	16.115.604,26	10.645.485,87	597.349.318,31	235.851.427,00	292.344.562,77	261.108.087,06	905.809.485,34
Terapias	4.751.748,17	5.559.939,57	2.464.233,96	204.049.490,81	76.583.957,00	100.531.159,92	83.799.939,13	310.140.590,30
Internações	34.042.033,91	30.858.098,79	22.562.021,65	1.139.571.315,86	547.898.508,00	558.973.928,93	604.502.563,56	1.729.403.343,58
LUCRO BRUTO	234.153.226,02	229.218.747,71	140.432.397,77	3.649.295.588,43	1.505.246.616,21	1.759.908.348,42	1.879.832.240,00	5.638.422.684,56
Despesas de comercialização	(882.071,00)	(813.170,00)	(498.075,00)	(522.544,00)	(85.733,00)	(78.482,00)	(1.465.879,00)	(1.414.196,00)
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	233.271.155,02	228.405.577,71	139.934.322,77	3.648.773.044,43	1.505.160.883,21	1.759.829.866,42	1.878.366.361,00	5.637.008.488,56

(*) Exclui provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA) e reservas técnicas de sinistros.

18. Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora.

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Outros custos de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora	(3.473.597,20)	(12.348.513,62)
Materiais diversos	(1.468.098,41)	(581,50)
	(4.941.695,61)	(12.349.095,12)

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

19. Despesas administrativas

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Pessoal	(7.085.600,57)	(6.909.683,46)
Serviços de terceiros	(3.383.269,67)	(3.477.210,14)
Localização e funcionamento	(1.456.390,69)	(2.314.594,84)
Tributos	(5.757,86)	(89.451,16)
Publicidade e propaganda	(502.540,38)	(776.515,09)
Provisão (reversão) para contingências	(96.769,99)	(386.372,35)
Depreciação e amortização	(1.112.081,61)	(675.727,62)
Taxas, emolumentos, multas e juros	(18.039,63)	-
Outras	(1.063.349,17)	(1.801.950,49)
	(14.723.799,57)	(16.431.505,15)

20. Resultado financeiro líquido

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Receitas com aplicações financeiras	2.466.201,66	-
Juros recebidos	940.590,85	3.823.254,00
Descontos obtidos	141.827,09	140.185,37
Outras receitas	775.865,13	2.853.543,76
	4.324.484,73	6.816.983,13
Varição monetária passiva	(287.263,44)	0,00
Ajuste variação cambial	(977.386,34)	0,00
Multas e juros	(1.099,20)	106.738,80
Tarifas bancárias	(1.156.418,67)	0,00
Descontos concedidos	(108.483,87)	63.099,06
Outras despesas	(1.859,09)	0,00
	(2.532.510,61)	169.837,86
Resultado financeiro líquido	1.791.974,12	6.986.820,99

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

21. Provisão para tributos diferidos

A despesa com tributos incidentes sobre o lucro do período é demonstrada como segue:

	<u>31 de dezembro de</u> <u>2020</u>
Lucro antes dos impostos	50.751.466,81
À alíquota fiscal de 34%	(17.255.498,72)
Equivalência patrimonial	(1.315.866,88)
Despesas indedutíveis	(704,51)
Outras exclusões (adições) permanentes	(170.746,82)
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração do resultado	(18.742.816,93)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes	(19.331.638,33)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferidos	588.821,43
À alíquota efetiva	37%

22. Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas possuem prazos, preços e demais condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros, sendo as principais operações e saldos sumarizados conforme segue:

	São Lucas Saúde			
	31 de Dezembro de 2020			
	<u>Ativos</u>	<u>Receitas</u>	<u>Passivos</u>	<u>Despesas</u>
São Lucas Serviços Médicos	731,50	16.387,00	-	1.445.603,10
Clínica São Lucas	1.705,46	72.346,50	2.903.677,85	13.907.680,00
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	182.172,60	5.428.182,89	144.627,63	1.829.840,00
Laboratório de Análises Clínicas - Labclin	1.337,16	84.896,46	766.155,06	6.747.719,73
C&M Associados de Serviços Médicos Ltda.	-	175.163,39	-	-
Hospital Samaritano Ltda.	-	-	-	49.026,00

São Lucas Saúde S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em reais)

23. Seguros

A Empresa adota política de contratar cobertura de seguros que considera, principalmente a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

Gilson Ramos

Gilson da Silva Ramos – Diretor



Josué Laurentino da Silva – Contador
CRC: 1SP256620/O-0